

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE INDÍGENA ESCOLAR EM MATO GROSSO (APOIO UNIP)

Alunas: Pâmella Martins Souza e Edilaine Barbacovi

Orientadora: Profa. Dra. Micheli Patrícia de Fátima Magri

Curso: Medicina

Campus: São José do Rio Pardo

A promoção da saúde sensorial no ambiente escolar é essencial para o desenvolvimento infantil, especialmente entre populações vulneráveis, como as indígenas. No Brasil, o Programa Saúde na Escola (PSE) busca integrar ações de saúde e educação para prevenir agravos e promover o cuidado integral dos estudantes. No entanto, sua efetividade em comunidades indígenas enfrenta obstáculos estruturais, culturais e territoriais, dificultando a implementação de triagens auditiva e visual. Objetivou-se analisar a contribuição do PSE na identificação precoce de alterações visuais e auditivas em crianças indígenas em idade escolar, refletindo sobre os entraves e as potencialidades das políticas públicas brasileiras. Este estudo qualitativo, baseado em revisão narrativa da literatura (2000-2025), utiliza fontes como artigos científicos, documentos oficiais e manuais técnicos. Os dados mostram que, apesar da ampliação do acesso a ações preventivas nas escolas públicas, a atuação do PSE em territórios indígenas é limitada. Estudos destacam a alta prevalência de alterações sensoriais não diagnosticadas entre crianças indígenas, agravada pela ausência de triagens regulares, falhas nos encaminhamentos e escassez de profissionais capacitados. A eficácia das triagens está vinculada à articulação intersetorial, infraestrutura mínima e qualificação das equipes envolvidas. Além disso, a falta de políticas culturalmente adaptadas representa um entrave à equidade em saúde. Conclui-se que o PSE é uma iniciativa promissora, mas requer investimentos na formação de equipes multiprofissionais, fortalecimento da territorialização, garantia de acesso a exames especializados e respeito às especificidades culturais.